

ECONOMIA

Desemprego maior no interior

Censo 2000 revela que os estados do Norte e do Nordeste têm os índices mais altos

Flávia Oliveira

A perplexidade dos economistas com a taxa de desemprego de 15,04% revelada pelo Censo Demográfico 2000 só vai aumentar diante dos dados sobre a desocupação nos estados brasileiros. O drama do mercado de trabalho é maior nas áreas mais carentes do Nordeste e nos estados do Norte onde, até então, só havia informações sobre o desemprego urbano. No Amazonas e no Amapá, de cada cem trabalhadores, quase 22 estão à procura de ocupação. Em estados como o Piauí, a taxa é o quádruplo da registrada em 1999 pela última Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad).

O desemprego no Nordeste praticamente dobra dependendo da pesquisa: 7,99% na Pnad e 15,7% no Censo. Na Região Norte — onde o desemprego urbano é de 11,37% na Pnad — a desocupação total (incluindo áreas rurais dos sete estados) fica em 15,65% no Censo. O resultado, assinala o economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), sugere uma redução na distância entre as taxas do campo e das cidades. Estudos de Neri mostravam que o desemprego nas áreas rurais em 99 equivalia a um quinto do registrado nas capitais: 3,2% contra 13,9%.

— Minha impressão é que a desocupação no Censo está, de alguma forma, incorporando a má qualidade do emprego nas áreas mais carentes. Isso ajudaria a entender o aumento tão expressivo da taxa nessas regiões — raciocina Neri.

Mais 3,8 milhões de desempregados

Além de revelar taxas muito altas para os padrões brasileiros — em nenhuma unidade de federação o desemprego é de um dígito — o Censo altera o ranking entre os estados. Os seis piores resultados são de estados do Norte e Nordeste: Amazonas, Amapá, Pernambuco, Alagoas, Bahia e Rio Grande do Norte. Na Pnad, Distrito Federal aparecia em segundo, São Paulo em quinto e Rio em sexto. Rondônia, Santa Catarina e Maranhão passam a ter as mais baixas proporções de desocupados — todas, aliás, acima de 10%. Antes, os menores índices eram de Piauí, Maranhão e Tocantins.

O Censo rompe o padrão de ranking. Isso sugere que a diferença não é fruto apenas da mudança de metodologia — diz Neri.

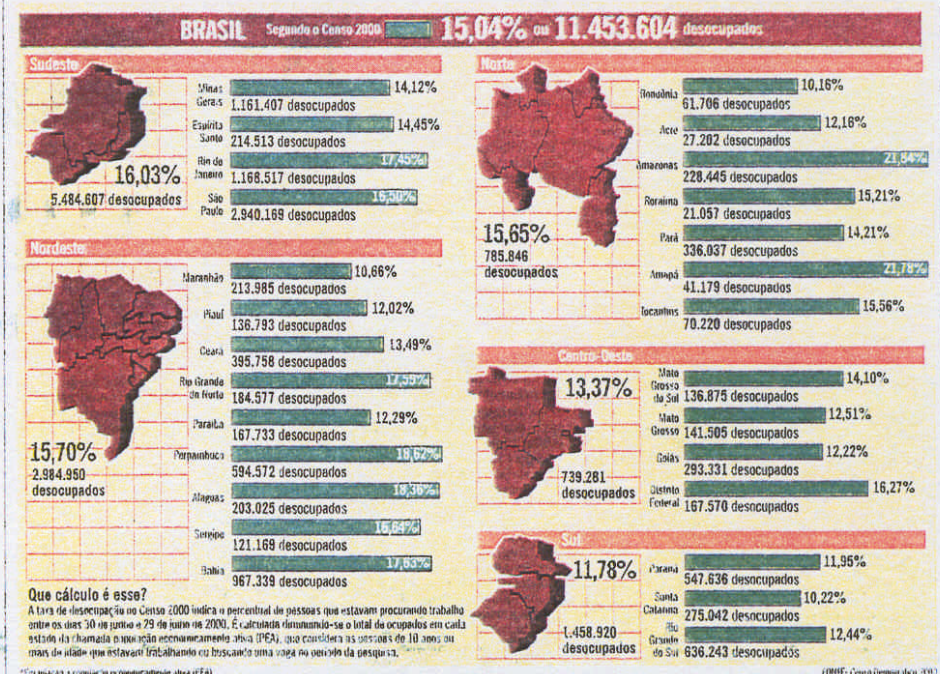
Profissionais que há anos vêm se dedicando a estudar o mercado de trabalho nacional não conseguem explicar os resultados do Censo. Embora o IBGE desconselhe a comparação com a Pnad, o número do Censo é contraditório com todas as pesquisas conjunturais de 2000. O economista André Urani, presidente da ONG Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade (Iets), lembra que a taxa de desemprego medida mensalmente pelo IBGE caiu naquele ano e as estatísticas do Ministério do Trabalho indicavam aumento das vagas com carteira assinada. Ainda assim, segundo o Censo, o Brasil teria ganho 3,8 milhões de desempregados de um ano para o outro.

Nos da comunidade acadêmica estamos tentando entender o que aconteceu. A política pública para lidar com um desemprego de 15% não é a mesma que a de um índice de 7% ou de 9% — diz Urani, ex-secretário municipal de Trabalho do Rio.

Economista do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), Lauro Ramos, busca explicações metodológicas que justifiquem tamanha disparidade entre os resultados do Censo e da Pnad-99. Segundo ele, nenhum indicador sobre o ano 2000 — quando a economia brasileira cresceu 4,38%, segundo o próprio IBGE — indicava que o Censo teria uma taxa de desemprego superior a 10%.

Estamos fazendo um ajuste, mas não teria maior nem período em que não teria maior nem mudança tão flagrante no mercado de trabalho.

As taxas de desocupação nos estados



Que cálculo é esse?

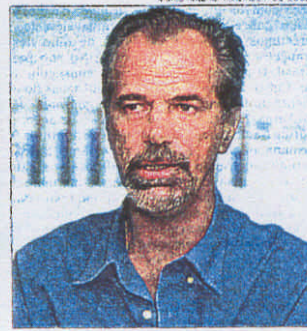
A taxa de desocupação no Censo 2000 indica a percentagem de pessoas que estavam procurando trabalho entre os dias 30 de junho e 29 de julho de 2000. É calculada dividindo-se o total de ocupados em cada estado (ou a chamada população economicamente ativa - PEA), sua condição as estatísticas de 10 anos ou mais de idade que estavam trabalhando ou buscando uma vaga no período da pesquisa.



MARCELO NERI, da FGV: plora nas áreas carentes



ANDRÉ URANI, do Iets: políticas públicas diferentes



LAURO RAMOS, do Ipea: indigestão com os dados

“É como se estivéssemos medindo a temperatura de um doente em termômetros diferentes. Mas a verdade é que o paciente tem febre”

MARCELO NERI
Chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV

“Não consigo acreditar que o Brasil tenha criado quatro milhões de desempregados em um ano. Isso faz diferença em políticas públicas”

ANDRÉ URANI
Professor da IUPERJ e presidente da ONG Iets

“Esse resultado tem causado muita indigestão no meio econômico. Não havia razões para esperarmos um número tão diferente da Pnad-99”

LAURO RAMOS
Economista do Ipea

IBGE garante que informações estão certas

Técnica diz que dados definitivos do Censo não trarão ajuste brutal na taxa de desocupação

• A surpresa com a divulgação dos resultados preliminares do Censo 2000 sobre desemprego levou alguns analistas a levantarem a hipótese de o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ter errado na tabulação das informações. Responsáveis pelos dados sobre o mercado de trabalho, a consultora do Instituto Vandell Guerra garante que as tabelas estão corretas e que o relatório definitivo não trará nenhuma alteração significativa em relação aos indicadores recém-conhecidos.

— Pode haver algum ajuste, mas nada brutal. A taxa de desocupação não vai passar de 15% para 10% — afirma a técnica, que também responde pela Pesquisa Nacional por

Amostragem de Domicílios (Pnad). Na semana passada, o IBGE divulgou os primeiros resultados do questionário da amostra do Censo 2000. Na pesquisa, moradores de 45,5 milhões de residências em todo o país responderam ao formulário básico e 10% desse total foram submetidos ao questionário mais detalhado. A divulgação da última quarta-feira contou por base 108.989 questionários da amostra, selecionados de forma a garantir a precisão das informações.

Vandell também esclarece que a metodologia do Censo 2000 não foi exatamente a mesma da Pnad. Por isso, não é recomendável a comparação sem reservas de uma pesquisa com a outra. A seguir, as

principais diferenças entre os dois levantamentos, segundo a técnica:

• **PERÍODO:** O Censo Demográfico foi realizado em agosto de 2000, com perguntas referentes ao mês imediatamente anterior. As Pnads são atualizadas anualmente em setembro. Como os últimos meses do ano, tradicionalmente, são melhores para o mercado de trabalho, o Censo tenderia a apresentar uma taxa de desemprego maior, por tomar como base o início do segundo semestre.

• **PROCURA:** A Pnad pergunta se o entrevistado trabalhou ou procurou trabalho na última semana de setembro. O Censo investiga o trabalho na última semana de julho e a

busca por ocupação durante 30 dias. A tendência é que o desemprego seja mais alto no período de um mês do que em uma semana, embora o economista Marcelo Neri tenha estudos indicando que a diferença não é significativa.

• **UNIVERSO:** O Censo representa a totalidade da população brasileira. A amostra da Pnad exclui as áreas rurais de seis estados da Região Norte: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

• **CONCEITO:** A Pnad considera trabalho a produção para consumo próprio, os serviços voluntários e a construção para uso próprio. O Censo não leva em conta o último aspecto.